



A AUTONOMIA RELATIVA NO EXECÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Elis Taborda¹
Lilian dos Santos Mann²
Mariana Pfeifer³

Resumo

Este artigo discute a relativa autonomia profissional do assistente social nos diferentes espaços institucionais no qual está inserido, buscando destacar fatores limitadores desta autonomia e possibilidades para ampliá-la. O trabalho é fruto dos estudos e debates realizados sobre a autonomia profissional do assistente social, durante o semestre 2015.1, no Grupo de Estudos de Autonomia Relativa, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo do texto é trazer para a discussão algumas questões atuais sobre a autonomia relativa do assistente social enquanto um tema pertinente ao serviço social contemporâneo, mas que ainda precisa ser muito aprofundado e trabalhado, haja vista que está diretamente relacionado ao agir profissional. A importância dos assistentes sociais discutirem este assunto se revela na sua relevância para refletir e projetar ações tanto no campo profissional individual como no conjunto da categoria.

Palavras-Chave: Autonomia relativa. Assistente social. Serviço social; Exercício profissional.

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a prática profissional do assistente social é trazer para o cerne das discussões propostas pela categoria uma série de elementos que perpassam, condicionam e limitam este agir profissional e que reverberam diretamente nos sujeitos atendidos pelos assistentes sociais. A relativa autonomia dos profissionais de serviço social nos diferentes espaços sócio-institucionais que ocupam é um dos fatores que influencia na práxis profissional e que será tratado neste artigo, sobre o qual não se pretende esgotar as considerações nas linhas aqui descritas.

Destaca-se que este trabalho é fruto dos estudos, atividades e debates realizados sobre a autonomia profissional do assistente social, durante o semestre 2015.1, no Grupo de Estudos de Autonomia Relativa, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A temática aqui apresentada vem sendo estudada pelos pesquisadores do grupo de estudos com vistas ao aprimoramento de pesquisas dos integrante do Grupo, a realização de trabalhos de conclusão de curso de graduação em Serviço Social e a elaboração de dissertações de mestrado.

É inquestionável a afirmativa de que o mercado de trabalho dos assistentes sociais, bem como as demandas que chegam até este profissional foram afetadas e reformuladas pelas mudanças societárias ocorridas a partir dos anos 1990. Com a expansão da crise do capitalismo; a ascensão das políticas neoliberais; a reforma do Estado e a acumulação do capital financeiro; a questão social se agrava e assume novas expressões na sociedade, fazendo com que os assistentes sociais sejam cada vez mais chamados para intervir nestas demandas. Ocorre também a precarização das relações de trabalho e a perda de direitos

¹ elistg@hotmail.com - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná.

² lilian.mann@ufsc.br - Universidade Federal de Santa Catarina.

³ marianapfeifer@gmail.com - Universidade Federal de Santa Catarina.



sociais, surgindo expressivos contingentes de trabalhadores flexibilizados, na informalidade, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 1995). Estas mudanças atingem não somente a classe operária, mas todos os trabalhadores assalariados, inclusive o assistente social, que inserido nesta conjuntura tem que assumir uma postura profissional de enfrentamento, sempre pautada no projeto ético-político e com fundamentos teórico-metodológicos que embasam o seu agir profissional.

Contudo, é esse mesmo processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que se circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista (RAICHELIS, 2011, p. 424).

Apresenta-se, neste artigo, que é no fazer profissional do assistente social, nesta prática respaldada pelos fundamentos teóricos, que também fica revelada a sua relativa autonomia no espaço sócio ocupacional onde está inserido, qual seja, o fato de sua prática estar limitada ainda pelas condições estruturais, institucionais, societárias e pelos próprios projetos profissionais. O assistente social enquanto “ser social”, categoria já trabalhada por Marx, não vive isolado, tem sua liberdade e está engendrado nas relações sociais que estabelece, as quais interferem e também estão presentes em seu agir profissional. Heller (1985), diz que a vida cotidiana contempla inúmeros aspectos entre os quais se podem citar a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, o descanso e a atividade social.

2 O DESVELAR DA AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

As mudanças e reestruturações do mercado de trabalho afetam o exercício profissional do assistente social na medida em que este é um profissional assalariado e que também tem obtido a sua inserção no mundo do trabalho através da prestação de serviços, da terceirização e do trabalho em Ongs e fundações. No que tange a autonomia profissional neste mercado diversificado e reconfigurado, vê-se que embora ainda a maioria dos assistentes sociais advenha de empresas públicas, a estabilidade do vínculo empregatício não lhes confere maior autonomia. Rodrigues et al. (2014, p. 82), defende que:

A estabilidade do vínculo... por si só não assegura uma maior autonomia, já que a falta de condições de trabalho, a falta de infraestrutura, a falta de reconhecimento profissional, aliadas à precariedade e focalização das políticas sociais, são questões que perpassam o seu cotidiano profissional.

Independente do seu caráter público, privado ou filantrópico, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas. Neste sentido, a hierarquia e as relações de poder aparecem para os assistentes sociais como fatores que limitam o exercício profissional e impactam direta ou indiretamente na relativa autonomia que possuem. Conforme Rodrigues et al. (2014) entre os principais condicionantes do mercado de trabalho que dificultam a prática profissional do assistente social destacam-se os baixos salários, a sobrecarga de trabalho, o desemprego, a instabilidade, a precarização das condições e das relações de trabalho, o clientelismo, a infraestrutura e a ingerência da gestão.

Embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

O processo de trabalho do assistente social fica no limite entre as atividades que são de sua competência profissional e as atividades que são específicas de cada Instituição.



Para a execução de sua prática profissional o assistente social tem que lidar com o viés de sua relativa autonomia, tendo que atuar entre as demandas dos usuários, incentivando-os a lutarem por seus direitos, e as possibilidades que a Instituição lhe oferece. “O ser profissional é eminentemente ético e político, de modo que compreender, pensar, refletir e intervir no âmbito da reprodução não é tão simples assim” (SARMENTO, 2014, p. 179).

Todo este processo de trabalho do assistente social é perpassado por turbulências e contradições, requerendo uma análise a cerca da autonomia relativa que este profissional tem sobre as ações que realiza. Por outro lado, o assistente social também é chamado a atender às demandas institucionais que já estão postas, sem poder estabelecer prioridades e dando respostas muitas vezes prontas. Nos dizeres de Barbosa et al. (1999), uma possibilidade é o assistente social entender que o seu processo de trabalho tem a ver com as relações de conflito e que sua resposta a tais conflitos pode confirmar a hegemonia dada ou construir uma contra-hegemonia, onde se percebe que não há resposta neutra na intervenção profissional do assistente social.

Nestas correlações de forças entre empregadores e trabalhadores fica mais do que evidente a necessidade de se problematizar e evidenciar também o sofrimento e as dificuldades que o assistente social vivencia em seus espaços de trabalho na busca por sua relativa autonomia, as quais às vezes nem ele consegue identificar. São sofrimentos profissionais e dificuldades que precisam vir à tona por meio das lutas dos trabalhadores, entre os quais o assistente social também se inclui. Os profissionais de serviço social precisam fazer uma reanálise crítica de sua postura profissional; verificar os processos e relações de trabalho contraditórias e alienantes nas quais muitas vezes estão inseridos; e manifestarem também suas insatisfações e pautas de reivindicação nas organizações sociais e nos órgãos de classe representativos da categoria profissional.

Na direção da expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias a sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade (Iamamoto, 2008, p. 422).

Os avanços tecnológicos também são responsáveis pelas mudanças no mundo do trabalho, tornando as relações trabalhistas cada vez mais superficiais e fiscalizadas e também, por conferirem uma relativa autonomia ao assistente social, quando este, em dadas situações, se vê limitado ao preenchimento e a sistematização de dados estatísticos que dizem garantir mais transparência aos serviços prestados. Pela tecnologia os processos de trabalho são mais dinâmicos e ágeis; padronizam procedimentos; controlam a produtividade por meio de ações específicas; estão interligados e contam com avaliações simultâneas.

Cada vez mais se observa os assistentes sociais envolvidos nas tarefas de alimentação dos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas no nível da administração central e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque responder as necessidades postas pelos seus usuários no contexto das realidades locais (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 66).

A autonomia relativa do assistente social é hoje uma discussão muito pertinente ao serviço social, ponderando até onde vai a autonomia deste profissional que assim como os demais é um assalariado, vende a sua força de trabalho e não pode se deixar influenciar pela alienação aí imposta. O assistente social enquanto profissional precisa apropriar-se e assumir o projeto ético-político da profissão; estar ciente de suas atribuições e



comprometido com as demandas e com os sujeitos que atende. Um assistente social imbuído de suas competências profissionais deve conseguir fazer a leitura crítica do meio onde está inserido; realizar as negociações e parcerias necessárias para intervir junto aos usuários; fazer a mediação com os empregadores independente dos espaços sócio ocupacionais onde estejam e não se tornar apenas um mero executor de serviços, alienado, realizando rotinas institucionais e cumprindo tarefas burocráticas.

Dessa perspectiva, os produtos do processo de trabalho profissional têm como parâmetro a fruição da cidadania. Ou seja, a efetividade e a eficiência do processo de trabalho profissional se realizam pela capacidade de se garantir direitos institucionais ou de se transformar intenções de direitos em direitos efetivos aos usuários dos serviços sociais que o profissional opera (GENTILLI, 1998, p. 133).

Com vistas a garantir um pouco de sua autonomia relativa nos locais onde está inserido, destaca-se a relevância do assistente social demonstrar competência política e técnica em suas intervenções profissionais. A competência política advém de sua capacidade de negociar com a instituição e estabelecer parcerias para atender da forma mais equânime possível às demandas que lhe são colocadas. E a competência técnica pressupõe dispor dos conhecimentos teórico-metodológicos e também técnico-operativos para propor alternativas às situações colocadas. Para Rodrigues et al. (2014, p. 86):

..., uma das questões centrais é a dimensão teórica presente no exercício profissional e o aspecto da formação permanente..., a formação não se limita unicamente à graduação, mas a extrapola, perpassa um processo contínuo que alimenta o seu cotidiano profissional.

O reducionismo da autonomia profissional e a conseqüente falta de reconhecimento que muitas vezes acompanha a categoria dos assistentes sociais pode também ter uma releitura por meio dos tímidos esforços que ainda se fazem para produzir conhecimento a partir da realidade. Ou seja, observa-se ser pouco expressiva a quantidade de profissionais que se dedicam a pesquisar, a sistematizar e refletir sobre a prática profissional com a finalidade de produzir conhecimentos. Rodrigues et al. (2014, p. 87) coloca que existe "... a necessidade de que o Serviço Social tome como ponto de partida para as suas produções teóricas a complexa realidade enfrentada pelos assistentes sociais nos variados campos de trabalho, estabelecendo mediações entre a teoria e a prática profissional". Sarmiento (2014) complementa afirmando que a pesquisa é instrumento essencial para esta produção de conhecimento, o qual pode ser gerado a partir da sistematização e das reflexões que se faz da prática cotidiana e ou a partir de conhecimentos prévios, já sistematizados, sob os quais o pesquisador também pode se debruçar para retomar e tornar a refletir.

Referenda-se que outra forma de os assistentes sociais buscarem a sua relativa autonomia no exercício profissional e fazerem o enfrentamento aos limites e condicionantes impostos pelos diferentes ambientes institucionais é assumirem, enquanto categoria e coletivo da profissão, o projeto ético-político profissional, defendendo a liberdade como valor central de compromisso com a construção de uma nova ordem social. Os espaços coletivos de luta, de organização da categoria profissional e das associações profissionais, também se configuram como lugares para a troca de experiências; capacitações profissionais; debates de questões pertinentes ao exercício profissional e ampliação da luta pelos direitos sociais.

Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, o assistente social conta com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo,



além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

Na busca constante e incessante por sua autonomia profissional, percebe-se que o assistente social elabora estratégias de superação aos limites institucionais e a competência teórica, política e técnica ainda têm sido as melhores aliadas num espaço de tantas contrariedades. Neste ponto é que a discussão da relativa autonomia profissional do assistente social coaduna tanto com as polêmicas que envolvem a relação teoria / prática no serviço social, haja vista que ter o conhecimento de como todo o instrumental ético-político pode e deve ser aplicado na prática profissional é elemento essencial para que o assistente social avance na conquista de sua autonomia profissional nos espaços onde está inserido.

(...) o modo pelo qual o profissional incorpora na sua consciência o significado do seu trabalho, as representações que faz da profissão, as justificativas que elabora para legitimar a sua atividade - que orientam a direção social que imprime ao seu exercício profissional (RAICHELIS, 2010, p. 752).

3 CONCLUSÃO

Dentre todos os fatores que interferem na autonomia do assistente social durante o seu exercício profissional destaca-se, nestas considerações finais, a dicotomia teoria/prática como não sendo uma problemática isolada, haja vista que é essencial ao assistente social, na busca pelo alargamento de sua autonomia profissional, saber utilizar o embasamento teórico para fazer uma leitura da realidade e dos elementos que estão presentes na prática profissional. Correlacionar teoria/prática é uma forma do profissional de serviço social afirmar e demonstrar a sua competência profissional, competência esta que se configura como um dos elementos primordiais no processo de conquista da relativa autonomia profissional.

Cumprido observar que o assistente social dispõe de uma relativa autonomia para projetar e realizar suas ações, esbarrando nas rotinas institucionais, mas também buscando alternativas para além do que está posto. O profissional de serviço social, atuando com competência teórica, política e técnica, reafirmando diariamente o seu compromisso com os sujeitos que atende e buscando aprender cada vez mais os ditames da relação teoria/prática; pode identificar tendências e possibilidades no aprimoramento do seu agir profissional.

O Serviço Social é compreendido, no processo social, mediatizado pelas condições históricas, pelas necessidades sociais e pela forma como os assistentes sociais exercem a atividade profissional, amparada na competência teórica, política e técnica. Os sujeitos profissionais concretos possuem uma visão de mundo e uma teleologia que orienta suas ações (RODRIGUES et al., 2014, p. 78).

Um caminho possível ao assistente social poderia ser vivenciar todas estas contradições da atuação profissional e do mercado de trabalho e compreender que elas fazem parte do processo contraditório da correlação de forças entre empregadores e empregados, mas reconhecer, por outro lado, suas atribuições privativas, seus conhecimentos, habilidades e competências profissionais inerentes. O assistente social precisa se perceber como um profissional com saber específico, respaldado por um Código de Ética e que consegue ver além daquilo que está posto e imposto, fazendo uma leitura do coletivo e colocando-se como sujeito de um processo dialético, que constrói diariamente a sua autonomia profissional e revê constantemente a sua prática.

Por fim, como bem ressalta Mário Quintana (2011) no poema “Jardim Interior”, “o que mata um jardim não é mesmo alguma ausência, nem mesmo o abandono... o que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por ele passa indiferente”. Portanto, o que se



questiona não são os percalços na luta pela conquista da relativa autonomia, mas sim as alternativas que os assistentes sociais têm buscado para enfrentar e superar estas situações.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**: Cortez, São Paulo, n. 58, p. 109-130, 1999.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 53, p. 126-144, mar./1998.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2004.
- _____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. In: **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, n. 3, p. 99-116, 1989.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. Spe bilíngüe, p. 61-71, 2013.
- QUINTANA, Mario. **Poema Jardim Interior**. Disponível em <http://www.jayrus.art.br/Apostilas/literaturaBrasileira/Modernismo30/Poesia_de_30/Mario_Quintana_poesia.htm>. Acesso em: 12 mai. 2015.
- RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**: Cortez, São Paulo, n. 104, Especial, out./dez. 2010.
- _____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**: Cortez, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul. / set. 2011.
- RODRIGUES, Aline Andrade; et al. Teleologia e autonomia: estratégias do exercício profissional do assistente social em Santa Catarina. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. I, p. 77-93.
- SARMENTO, Élder Boska de Moraes. O Debate Contemporâneo sobre a Intervenção Profissional. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Serviço Social Questão Social e Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. I, p. 159-179.